

ESCOLAS DO PORTO E DE MADRID

Organização de António Braz Teixeira, Celeste Natário,
José Carlos Pereira e Renato Epifânio

2021

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e

Garcia Morente

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-53284-5-1

Depósito Legal: 491048/21

Primeira edição: Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-53284-5-1/esc>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

DELFIN SANTOS: O LEGADO DA 1ª FACULDADE DE LETRAS DO PORTO E DO IDEÁRIO DA *RENASCENÇA PORTUGUESA*

Artur Manso

(Instituto de Educação da Universidade do Minho)

Propósito

A intenção deste trabalho é relevar, ao longo da obra de Delfim Santos (1907-1966), a herança da *Renascença Portuguesa* plasmada na 1ª Faculdade de Letras do Porto por influência directa de Leonardo Coimbra que a fundou e lhe imprimiu um singular funcionamento, tendo o seu ensino contribuído, num curto espaço de tempo, para ajudar a formar um escol de pensadores como até então Portugal não tinha conseguido. A sucessão que continua viva e activa, mostra como o ideário renascente e o magistério de Leonardo são fundamentais na extensa e original obra destes autores que embrenhados de um forte sentimento nacionalista, souberam alargar essa herança, contribuindo de forma decisiva para a reforma da mentalidade do povo português e a valorização do seu pensamento especulativo. Ver-se-á como pessoas distintas e pensamentos diferenciados, se agregam em torno de uma definição do Homem Português e do seu destino, que é idêntico ao destino de todos os outros homens e restantes Povos cumprindo a vocação ecuménica que lhes coube em sorte.

1. Delfim Santos matriculou-se em 1927 na Faculdade de Letras do Porto em Ciências Histórico-Filosóficas, escola criada em 1919 por Leonardo Coimbra (1883-1936), tendo aí terminado a sua licenciatura, em 1931. Em 1932 inicia o estágio para professor do ensino liceal no Liceu Normal de Coimbra que concluiu em 1934 em Lisboa no Liceu Normal Pedro Nunes, tendo de seguida, ainda na capital, lecionado no Liceu Camões e Gil Vicente. No outono de 1935 parte com uma bolsa da Junta de Educação Nacional (1935-37) para Viena, estando até 1942 quase sempre ausente do país, tempo que repartiu por Viena, onde contactou com o *Círculo de Viena* (positivismo lógico), Berlim, período em que se interessou pelo pensamento de Nicolai Hartmann, Heidegger, Eduard Spranger, tendo oportunidade de contactar de perto com o pensamento e autores reconhecidos como Husserl, Heisenberg e Piaget. Neste período ainda passou por Inglaterra e redigiu o

relatório de estudos apresentado à Junta Educação Nacional onde se propunha investigar a Filosofia das Ciências e que foi publicado em 1938 com o título *Situação valorativa do positivismo*¹, onde desenvolve a tese de que o positivismo se resolve por si mesmo ao considerar ser impossível investigar os enunciados metafísicos, assentindo à corrente fenomenológica e existencial. Estas escolhas reflectem a formação inicial dos estudos filosóficos e pode ser conferida quando descreve o contraste entre o que era o ensino da filosofia na Faculdade de Letras do Porto e a atitude dos mestres que aí leccionavam, e o que era a mesma educação em Coimbra, cujos professores que lá encontrou no primeiro ano da formação pedagógica, o desiludiram: a Faculdade de Letras do Porto tinha-lhe inculcado a livre procura do conhecimento de forma crítica e problemática; em Coimbra continuava o ensino universitário clássico, dogmático e livresco, influenciado pelo positivismo dominante, assente na figura e estatuto do todo poderoso *lente*. Do seu lado, sentia-se próximo do método de Leonardo que assentia:

Nenhuma nação pode viver sem cultura e as formas de cultura são todas hoje de carácter universalista: a Ciência, a Filosofia, a Arte, a Técnica, e até as Religiões (Coimbra, 2010: 152).

Será este espírito que fortalecerá nos anos de formação enquanto bolseiro e mesmo que não gostasse que o referissem como discípulo de Leonardo, acompanhava-o na liberdade e problematicidade do método e no interesse pela relação filosofia e cultura:

A autêntica cultura é por natureza filosófica. Pertence a um tipo universal de interrogação de todos os saberes e não apenas de um sector, como acontece ao especialista (Santos, 1987: 444-445).

A demanda pela reforma do ensino, em especial o universitário, foi outro elo da ligação entre ambos, mas já não o segue no antirracionalismo das suas propostas intuicionistas e em parte do seu criacionismo. Fruto da pedagogia *libertária* em que se formou na Faculdade Letras do Porto, Delfim revela uma faceta provocadora aquando da realização, em Coimbra, das provas pedagógicas, que foram arguidas, entre outros, por Joaquim de Carvalho e similares exames como a Tese de doutoramento em Ciências Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1940,

¹ Cf. Santos, D. (1982). “Situação valorativa do positivismo”, em *Obras completas*, I, 2ª ed.. Lisboa: FCG, pp. 51-195.

intitulada *Conhecimento e realidade*². Esta atitude desafiadora da autoridade em prol da defesa e crítica de uma linha de pensamento e de um ideário próprio é comum a todos aqueles que fizeram a formação na Faculdade de letras do Porto³. São as temáticas antropológica e gnosiológica que estão no centro da sua reflexão proporcionando-lhe uma dimensão metafísica, pois em seu entender:

Todos os cânones são principalmente insuficientes e sempre assim será, porque realidade e pensamento são dois estranhos que se pretendem conhecer sem para isso possuírem qualquer padrão comum que lhes possa servir de critério comparativo (Santos, 1982a: 145).

A reflexão aparece valorizada em relação à ciência e o ser ganha sentido na perspectiva do tempo. Assumindo-se como crítico do facto de a especialização ter levado sucessivamente a uma maior separação entre conhecimento científico e saber humano, nesta vertente, a formação alemã ajudou-o a solidificar aquilo que se pode entender como um modelo educativo assente na cultura geral, integrando nela as diversas ciências, tal como defende Leonardo Coimbra quando afirma haver uma *linha cultural* disseminada em todos os aspectos da vida social moderna uma vez que o “homem antes de ser um especialista é um homem, e só será um homem completo com as capacidades científicas, filosóficas, estéticas e técnicas” (Coimbra, 2010: 177). Criticar o especialismo não é o mesmo que renegar o valor das ciências naturais mas sim recusar a sua supremacia e a exclusividade que passaram a ter na formação escolar em todos os níveis. Para Delfim Santos a filosofia tem um carácter aporético e interessa-se por esclarecer as incertezas do pensamento em confronto com a realidade, juntando-se a Leonardo e ao alemão Hartmann na crítica ao *cousismo*, ao “vício que consiste na projec-

² Cf. Santos, D. (1982). “Conhecimento e realidade”, em *Obras completas*, I, 2ª ed.. Lisboa: FCG, pp. 275-351.

³ Santana Dionísio seu colega da Faculdade de Letras do Porto que também repartiu a formação pedagógica entre Coimbra e Lisboa, procede a uma amarga descrição do ambiente que reinava nas Faculdades de Letras, considerando-o claustrofóbico para o ensino e a aprendizagem, cf. Dionísio, S. s/d (1931). *Do Ensino da Filosofia nos Liceus* (Breve Relatório de um Ano de Prática Pedagógica no Liceu José Falcão Coimbra, precedido de um introito acerca do Ensino da Filosofia nos Liceus), Tip. Costa Carregal, e em *A Filosofia como Objecto da Pedagogia* (1952), afirma que no Porto o ensino da Filosofia era *pericial*, fortemente animados com um discreto fogo de *inquietação metafísica*, decorrendo numa vivificante atmosfera de cursos livres, de bom e intenso convívio, enquanto em Lisboa esse ensino era *cavernoso e tirânico* (cf. p. 102).

ção ilegítima do ontológico sobre o lógico” (Santos, 1982a: 262), pois como dizia em outro lado “posso interrogar-me sobre “que” é uma mesa, mas não sobre “quem” é uma mesa” (Santos, 1982b: 155). A filosofia é transcendental, não se atém à experiência e a ciência é objectiva, versando apenas sobre os objectos que se dão à experimentação:

pela existência opera-se o trânsito das coisas ao objecto; do outro ao indivíduo e à pessoa; do “ele”, indiferenciado e anónimo, ao “tu” particular e íntimo, pela amizade ou pelo amor. A existência, a própria existência de cada um de nós, não é apenas o centro do nosso mundo, mas o que dá significado ao mundo nosso e ao mundo de cada um dos outros (Santos, 1982b: 156).

O homem é um animal social e não se mede pelas leis científicas porque não é uma coisa, mas sim uma unidade que se encontra ligada à plenitude do Universo. A filosofia deve atender a todas as preocupações dos existentes e para isso tem que incluir a lógica, a antropologia, a gnosiologia, a epistemologia, a metafísica e a ontologia, pois o homem é um ser situado e em relação. As dúvidas que assolam os existentes persistem em todo o tempo e lugar, com formas diversas e configurações diferentes, não cabendo em qualquer enunciado científico:

O verdadeiro problema tem raízes no incondicionado e a filosofia compreendê-lo-á tanto melhor quanto mais incondicionada for a região de reflexão donde partir; o contrário deverá ser dito para a ciência, cuja actividade consiste em condicionar preliminarmente as regiões particulares da experiência a que todo o saber se deverá referir univocamente (Santos, 1982a: 239-240).

Como é sabido, Delfim Santos em 1943 ingressa na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, como assistente de Ciências Pedagógicas e sete anos depois, em 1950, é nomeado professor catedrático desse mesmo grupo. Esse imenso salto na carreira não lhe diminuiu o olhar crítico sobre a realidade, tendo percebido atempadamente que o raro grau que acabava de alcançar não lhe permitiria orientar a reformas pedagógicas que se impunham para Portugal poder acompanhar o progresso das ciências, continuando estes estudos a ser negligenciados, colocando à margem a opinião sobre o assunto do único professor catedrático da área. Para dirigir as reformas que urgiam, por várias vezes expôs as suas ideias para a criação de um Instituto Superior

de Educação, mas a Universidade nunca apoiou os seus intentos, mostrando total desinteresse pela área da pedagogia, impedindo, desta maneira, a formação de investigadores e o desenvolvimento desta área de conhecimento que nos países mais desenvolvidos já tinha conhecido avanços significativos. Em 1963 passou a dirigir o Centro de Investigação Pedagógica que, por sua sugestão, a Fundação Calouste Gulbenkian, instituição filantrópica privada que, entre outros objectivos, visa ajudar a preparar os cidadãos para o futuro, tinha posto a funcionar. Álvaro Ribeiro refere nas *Memórias de um letrado* aquando da reabertura da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1960 que o justo era ter confiado a sua direcção a um dos seus melhores discípulos, Delfim Santos que possuía os mais altos graus universitários não devidos a favores políticos, mas em consequência das provas públicas prestadas. Mas se continuava à margem das reformas, ainda mais afastado ficaria do desejo de Álvaro Ribeiro. Para lá dos interesses políticos na decisão destes cargos, a Universidade já estava rendida à organização técnica e positivista que era contrária, como se verá de seguida, ao ideário da escola em que se formou e que preservará nas suas vertentes mais fortes: a filosófica e a pedagógica, partilhadas criticamente com o mestre Leonardo e a maior parte dos colegas da Faculdade, destacando-se, José Marinho, Álvaro Ribeiro, Agostinho da Silva, Santana Dionísio, Adolfo Casais Monteiro⁴.

2. Sobre a herança filosófica e intelectual de Leonardo Coimbra em Delfim Santos, aquando do convite que lhe endereçou o Centro de Estudos Humanísticos do Porto, em 1956 para evocar os vinte anos da sua morte, escreve:

Conhecemos Leonardo Coimbra nesta cidade do Porto, seguimos os seus cursos na Faculdade de Letras desta Universidade, no seu convívio forjamos uma vocação e um destino [...] vinte anos depois da sua morte, tentaremos mostrar quanto é actual e viva, valiosa e fecunda, a orientação do seu pensamento de alto valor formativo (Santos, 1982b: 225).

Delfim Santos colaborou ou acompanhou, tal como parte dos seus mestres e colegas de escola em vastas publicações como *A Águia*, *Princípio*, *Revista de Portugal*, *O Diabo*, *Sol Nascente*, *Linha Geral* e outras como a *Seara Nova*⁵

⁴ Cf. Santos, D. (1998). *Obras completas – Correspondência*, IV. Lisboa: FCG.

⁵ O Movimento e a Revista *Seara Nova* surgiram em 1921 por iniciativa de Raul Proença (1884-1941) e influência de António Sérgio (1883-1963) e Jaime Cortesão (1884-1960), projecto eminentemente social e político, com uma forte incidência na análise educativa que acolheu autores ligados à *Renascença Portuguesa* e à revista *A Águia* que teve o seu

que era severamente criticada pelo seu amigo Álvaro Ribeiro, que a descreve como socializante e positivista de fraco valor nacional, mas que também foi participada por outros colegas como Agostinho da Silva e Santana Dionísio. Delfim Santos foi, assim, um membro destacado do escol que o ideário renascente propalado na Faculdade de Letras do Porto ajudou a formar. Digo escol porque não concordo com a designação *Escola Portuense* sinalizada por Pinharanda Gomes⁶, sentindo-me mais próximo da denominação *Escola Renascente* sugerida por Renato Epifânio⁷, mas como este ideário é anterior à efémera experiência da respectiva Faculdade, a *Renascença Portuguesa* surgiu em 1912, vindo a ter uma sucessão, com várias expressões, que se prolongam até aos dias de hoje em outros intelectuais de locais diversos, com e sem ligação ao Porto e a essa Faculdade, parece-me mais adequado falar em escol renascente para designar a reunião de todos aqueles que partilham os mesmos interesses intelectuais que, no essencial, são coincidentes com os da *Renascença Portuguesa*.

Entusiasmado pelos propósitos renascentes que animavam as suas buscas, escreve a Álvaro Ribeiro (21-Janeiro-1932) sobre a revista *Princípio* e a anunciada publicação de *O Diabo*, mantendo a esperança de que houvesse alguma renovação na *Seara Nova*, entendendo ser José Marinho o único que desejava renovar, agitando os temas e obrigando a discutir assuntos novos, informando-o, ainda, que se costuma encontrar com Leonardo. Em outra missiva (4-Junho-1932) manifesta crença que *A Águia* possa ser melhorada, precisando para isso de colaboradores que lhe acrescentem qualidade. Mas poucos meses passaram e em nova epístola (4-Janeiro-1933) refere que a *Renascença* está moribunda tal como *A Águia* que não serve para nada. Mesmo assim, mantinha o interesse pelo pensamento português (carta de 18-Fevereiro-1933), referindo conversas tidas com Joaquim de Carvalho, director da Imprensa da Universidade de Coimbra, que tencionava editar Amorim Viana, bem como Newton de Macedo, Agostinho da Silva, Adolfo Casais Monteiro e José Marinho, com excepção do primeiro, todos ligados, como professores ou alunos, à Faculdade de Letras do Porto. Nesta ambiência são muitas as similitudes na reflexão pedagógica de Delfim Santos e

início em 1912, por onde Sérgio e Cortesão também passaram.

⁶ Cf Gomes, P. (2006). “Escola Portuense: uma introdução histórico-filosófica”, em AAVV, *Actas do congresso internacional pensadores portuenses contemporâneos 1850-1950*, I, Lisboa, IN-CM/UCP-CRP, pp. 37-111, texto que corresponde com acertos ao ensaio (2006). *A Escola Portuense: uma introdução histórico-filosófica*. Porto: Caixotim.

⁷ Cf. Epifânio, R (2019). “Cinco deambulações pró-lusófonas”. *NOVA ÁGUIA – Revista de Cultura Para o Século XXI*, 24, 2º semestre 2019, pp. 201-204.

Leonardo Coimbra, nomeadamente no enfoque dado à inteira liberdade e autonomia do educando, onde a escola e a vida devem formar um todo, sem limitar a possibilidade de cada um se afirmar como diferente, devendo o ensino, em todos os seus níveis, ser totalmente gratuito, pois só assim se pode recrutar e formar os indivíduos intelectualmente mais válidos. Para Coimbra a educação competia garantir um são crescimento dos indivíduos, dotando-os das capacidades de triunfo na vida, tendo sempre como preocupação formar espíritos totalmente livres uma vez que:

Educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana [...] cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psicossocial que é o homem; liberdades criadoras da cultura, porque esta resulta efectivamente da cooperação de todos os indivíduos psicossociais atrás definidos (Coimbra, 2010: 153).

O anarquismo que o influenciava levava-o a defender a liberdade absoluta, que se tornava a condição da educação cívica, da autonomia moral, do domínio técnico e da arte, ou seja, de um plano de educação/formação integral do Homem que se insere numa determinada Pátria ou Nação, para daí se abrir a todo o mundo, entendendo, por isso que a preocupação última da educação deveria ser a cultura nacional-humana, tendo por função a “Criação e expansão dum lusitanismo, que seja a travessia do espírito cultural em almas portuguesas” (Coimbra, 2010: 170).

Delfim insere a sua reflexão no mesmo sentido e em carta para Álvaro Ribeiro (21-Janeiro-1932) mostra ter interesse na *Enciclopédia Anarquista*, mesmo que não saiba quem a publica, esperançado que está na possibilidade de renovar esta doutrina à luz da filosofia actual e da física em construção. Para Delfim Santos o homem deve ser capaz de pensar o mundo e o lugar que nele ocupa e nessa senda, o conhecimento que a escola ministra é uma parte da cultura, mas não é toda a cultura:

a pedagogia actual sabe que é muito mais importante criar e desenvolver uma certa forma de pensamento do que transmitir o tipo de conhecimento que lhe é correspondente (Santos, 1982a: 247).

A educação deve ter como prioridade adaptar o indivíduo à sociedade:

a educação pretende adaptar o espírito subjectivo ou individual [...] ao espírito objectivo, histórico do meio, povo ou raça em que o indivíduo surgiu [...] conquanto cada homem seja em si sempre um indivíduo, não é

ainda uma pessoa enquanto não encontra o meio de relação com a cultura da sua época (Santos, 1982b: 404).

3. A herança da escola onde se formou destaca-se, ainda, na sua colaboração em torno do projecto da *Renovação Democrática*, no qual Álvaro Ribeiro colocava grandes esperanças, tendo feito um considerável esforço para poder contar com a sua participação como é bem notório no avultado número de cartas que lhe endereçou⁸ e às quais Delfim vai respondendo, no início com alguma cautela. Em carta a Álvaro Ribeiro (22-Fevereiro-1932) diz ter sabido da *Renovação Democrática* e que Leonardo lhe falou dela (presume-se que com pouca simpatia) mostrando por isso o desejo de ter mais e melhor informação. Algum tempo depois já na posse de um conhecimento mais consistente sobre o Movimento, em outra missiva (9-Março-1932) responde a Ribeiro afirmando estar de acordo com os princípios programáticos que já tinham sido anunciados:

tenho compreendido nos últimos tempos quanto é diabólica a acção da burguesia na sociedade. Imputo-lhe mesmo todos os atritos sociais, toda a desvalorização da vida e toda a diminuição do indivíduo. De modo que quanto ao primeiro ponto, o ataque à burguesia, estou absolutamente de acordo e ao vosso lado. *Incondicionalmente*. Quanto à afirmação positiva duma atitude política estou também de acordo com o vosso direccionismo. Busco com ansiedade qualquer coisa de seguro neste domínio. Interprete seguro no sentido sério, pessoal e reflectido [...] não se trata de necessidade de *erudição* sobre isto, mas de conhecimento e reflexão. Cada vez mais sinto possibilidades de estreitar um esboçado abraço a (Max) Stirner, mas ao mesmo tempo sinto interesse em conhecer a estrutura do sindicalismo [...] participe ao Alvim e ao Veiga a minha solidariedade com a Renovação. Espero agora o *Manifesto* (Santos, 1998: 46-47).

Um ano depois, em nova carta (9-Março-33) diz achar o Manifesto da *Renovação* muito bom embora faça alguns reparos. O Movimento não contou com a adesão de Leonardo como é relatado em carta que Álvaro Ribeiro lhe endereça (6-Abril-1933), onde lamenta a sua adesão ao catolicismo que, em sua opinião, passou a influenciar as suas escolhas e seria a causa do juízo desfavorável que expressava sobre o Movimento:

⁸ Cf. Ribeiro, A. (2001). *Cartas para Delfim Santos (1931-1956)*. Lisboa: Fundação Lusíada.

causa-me tristeza, a atitude do Leonardo. Porque o catolicismo dele vai reflectir-se no convívio e na atitude política. Sabe-se em Lisboa que ele disse o pior do manifesto da Renovação (Ribeiro, 2001: 66).

Nesta indefinição, em carta (18-Fevereiro-1933) Delfim manifesta ter-se incompatibilizado com Pedro Veiga e diz que Leonardo está do lado deles (mas, do que se depreende, não de Pedro Veiga), desejoso de poder fazer qualquer coisa, mas que espera messianicamente. Neste ambiente de incerteza, mostra sintonia com Álvaro Ribeiro e José Marinho, propondo-lhes abandonarem o Movimento e reeditar *Principio*, sob a direcção dos três, para vir a ser o órgão da *Renovação*. Queixa-se de Ribeiro estar em Lisboa e eles no Porto o que dificulta o trabalho de cooperação entre todos. Em epístola datada uns meses depois (3-Junho-1933), pressentindo já um desfecho sem glória para o Movimento, Álvaro Ribeiro menciona a Delfim:

há o perigo da R. D. se limitar à estreita política, a cair no erro dos antigos paridos, - quando ela só nos interessa como representante na política de uma atitude espiritual, de uma atitude perante a vida. O político só político, é horrível como o comerciante só comerciante; a tendência dos filiados é para se desinteressarem dos outros problemas humanos (Ribeiro, 2001: 75).

Delfim Santos, no ano de 1934, nos *Cadernos de Cultura Democratista*, publica o ensaio intitulado *Linha geral da nova universidade*⁹ onde retoma algumas propostas fundamentais de Leonardo Coimbra. A *Renovação Democrática*, embora não tenha alcançado grande projecção, assumiu-se em pleno exercício da ditadura de Salazar, como Movimento socializante, laico, reformista e republicano, anti liberal e anti corporativo, que em termos doutrinários, pretendeu continuar a desbravar o caminho iniciado pelo escol da *Renascença Portuguesa*. Pedro Veiga, Álvaro Ribeiro, António Alvim e Eduardo Salgueiro em 1932 fizeram a sua apresentação em Lisboa, estando entre os seus ideólogos, Álvaro Ribeiro, José Marinho, Delfim Santos. O programa da *Renovação Democrática* assumiu três vertentes: política, pedagógica e económica e pretendia dotar o pensamento especulativo português de uma doutrina original, nacional, substituindo o hábito de seguir as doutrinas das escolas estrangeiras. A sua equipa pedagógica e científica abrangia diversas pastas: a pasta da Educação, cujo coordenador seria José Marinho; a pasta da Cultura, que ficaria a cargo de Delfim Santos; a pasta

⁹ Cf. Santos, Delfim (1982). “Linha geral da nova Universidade”, em *Obras completas*, vol. II, 2ª ed.. Lisboa: FCG, pp. 373-390.

das Artes e Letras pela qual seria responsável Adolfo Casais Monteiro. Para Álvaro Ribeiro estava reservada a pasta da Propaganda, que segundo Pedro Veiga seria da mais “alta importância e ao seu titular era atribuído o título de Magistrado, competindo-lhe velar pela pureza da doutrina democrática e vigiar em todos os sectores (Jornais, Escolas, Academias, Partidos...) para que fosse desvinculada de erros e sofismas” (Veiga, s/d: 26, nota). Na organização que se anunciava a Universidade teria um importante papel e deixaria de ser uma instituição política que, em vez de formar, ia deformando as gerações moças, sendo preciso uma pedagogia assente na inteira liberdade de ensinar e aprender, com uma forte base humanista, pois como referia Álvaro Ribeiro, a Universidade continuava a opor-se ao “estudo livre, ao autodidatismo, ao livre exame, à liberdade de pensamento” (Ribeiro, 2004: 142) e, sendo assim, Delfim extremava:

A extinção da Universidade, só por si, valorizará imenso a nossa cultura; desaparecerá assim um valor negativo que inferioriza grandemente os possíveis valores positivos da cultura nacional (Santos, 1982b: 379).

Todos eles tinham o desejo que as Universidades formassem apóstolos do amor ao conhecimento por amor da verdade; apóstolos da justiça, por amor à igualdade; apóstolos da liberdade, por amor à diversidade de opiniões e de ideias; apóstolos da responsabilidade, por amor à humanidade, mas a realidade mostrava um ensino virado para a especialização. Delfim Santos propunha que a nova Universidade fosse composta por três faculdades: Filosofia – Ciências – Letras, explicando a sua orientação nacionalista:

No grupo de cultura portuguesa, especialização derivada da filologia românica, estudar-se-ia a nossa literatura, a arte e todos os outros aspectos da nossa evolução histórica, como história dos descobrimentos, da colonização, etc. Todas as manifestações da nossa tendência para a filologia e arqueologia seriam assim bem arrumadas num curso que desenvolveria todas as investigações respeitantes ao País (ib.: 387).

A Filosofia continuaria, como era desejo de Leonardo Coimbra, como agregadora de todo o saber, passando a Faculdade de Filosofia a ser a alma da Universidade, quer nos cursos de ciências, quer nos cursos de letras, uma vez que:

A ciência, enquanto problemática, é filosofia; as ciências, quando sistematizadas, são o caminhar dirigido pela reflexão filosófica ao longo da natureza (ib.: 381).

Com mais ou menos nuances a posição de Delfim Santos é coincidente com o ideário pedagógico que o movimento portuense da *Renascença Portuguesa* e, no seu seio, Leonardo Coimbra, vinham propondo para Portugal, que queriam a Universidade gerida democraticamente pelo Reitor em estreita colaboração com professores e alunos com assento nos vários Conselhos da Universidade:

A nova organização universitária terá de deslocar o tradicional ponto de apoio da sua antiga congénere. Não poderá continuar a ser a amputação consciente e voluntária do que mais importa: espírito de iniciativa, invenção, acção social e política. A nova Universidade será uma escola de trabalho e terá como únicos meios de selecção aqueles que ponham à prova, não o peso de um saber morto, mas o espírito de iniciativa, de crítica, curiosidade e inquietação pelos problemas do espírito. Ter um curso universitário é estar apto a servir os outros naquilo que as suas capacidades melhor exprimam a utilidade dessa acção (ib: 389).

Leonardo Coimbra anos antes tinha tornado pública a sua proposta de reorganização do ensino em Portugal, tratando-o nos vectores: “ciência, filosofia, arte e técnica”. No seu espírito reformista entendia que a filosofia tinha gozado por demasiado tempo do estatuto de conhecimento erudito, ligada às ciências da interpretação, mas agora era tempo de o par ciência-filosofia passar a coordenar a organização de todo o ensino:

Teríamos então o binómio ciência-filosofia distribuído hoje nas universidades em ciências da natureza e ciências do espírito e a filosofia, com os nomes de faculdades de ciência, contendo as primeiras e faculdades de letras, contendo as duas últimas (Coimbra, 2010: 174).

A fechar a hierarquia do ensino, previa Leonardo o *Instituto Superior da Educação Nacional*, composto pelos Reitores, homens de ciências e letras de reconhecido mérito social e cultural e pelos mais prestigiados professores de todos os graus de ensino. Especificamente, quanto à Universidade, Leonardo quase a encerrar a primeira década do século XX, em discurso parlamentar acerca das reformas de ensino que protagonizava para o povo

português, dizia que o mal da universidade residia no facto de já não ser animada por:

um nobre espírito de liberdade, uma lúcida compreensão humana da grande experiência de dor e amor que se ia fazendo [...] essa capacidade de quebrar a coesão psíquica de sentimentos e ideias, de aproximar com originalidade ideias, sentimentos afastados, é a melhor parte da liberdade (Coimbra, 2007: 36).

A traição à liberdade por parte das Universidades devia-se ao facto de se terem construído em sindicato de classe, usando de uma autonomia disfarçada que as isolava dos problemas da sociedade e das aspirações do povo que deviam servir. Leonardo descreve a Universidade como o campo do saber teórico seccionado na “faculdade de ciências de natureza, faculdade de ciências do espírito e faculdade de filosofia”, saber crítico e fundante que garante a validade da aplicação técnica ao nível da acção humana. As restantes agremiações do conhecimento como Belas-Artes, Medicina, Direito, Agronomia, Engenharia, Formação de Professores..., seriam escolas superiores não universitárias dedicadas à formação altamente especializada. Às primeiras, competia criar o saber, enquanto às segundas estava reservado o papel de aplicarem os conhecimentos às situações concretas do dia a dia:

O destino superior das ciências teóricas é o desenvolvimento da cultura e a sua utilidade não deve medir-se pelo seu rendimento imediato, mas pela sua produção científica, de professores e alunos, e pela sua acção social de dignificação intelectual do meio (Coimbra, 2010: 175).

O ensino superior teoriza, cria, desenvolve, critica, aperfeiçoa, deve ser o cerne da educação nacional e a Nação deve estimá-lo e o topo da hierarquia dos saberes deve caber ao conhecimento por excelência, à Filosofia. Leonardo, Delfim e restantes intelectuais aqui referidos entendiam que para suprir a falta de formação humanista por parte dos alunos de ciências e a falta de formação científica por parte dos alunos de letras, na cúpula da Universidade estaria o saber englobante que a Filosofia abarca. Para Álvaro Ribeiro, não existia liberdade de pensamento sem os estudos filosóficos e, em sua opinião:

Na Universidade portuguesa nem sequer há um curso de filosofia: a filosofia – e filosofia sem metafísica, falsa filosofia – é representada no ensino

universitário apenas por algumas cadeiras anexas ao curso de habilitação dos professores de história (Ribeiro, 2004: 141).

Este é também o sentimento de José Marinho que em *Filosofia, ensino ou iniciação?*, refere ser assunto do ensaio indagar “sobre a filosofia como fundamento, processo e fim de toda a educação” no sentido de “saber como educar o homem e em especial o homem português” (cf. Marinho, 1972: 9). O ensino e a aprendizagem da filosofia é importante na Universidade, mas também nas restantes escolas, nomeadamente no ensino secundário, pois é sua convicção que:

O ensino só poderá plenamente respeitar os dons originais quando resultar harmonicamente da educação filosófica. Esta [...] implica o adequado princípio no amor da verdade, na aberta interrogação e na corajosa sondagem do sentido da vida humana. Tal programa não pode restringir-se a uma disciplina: não se cumprirá tão-somente na aula singular onde de filosofia se fala, mas nas diferentes disciplinas de carácter científico, humanístico ou estético (ib.: 93).

Delfim Santos incidirá a sua reflexão na melhor forma de realizar estes objectivos: “Faculdade de filosofia, escola que, para quem tiver a cultura actualizada e perfeita intuição da vida espiritual, deverá ser a alma da Universidade” (Santos, 1982b: 380), quer nos cursos de ciências, quer nos cursos de letras, convencido que estava de que “A ciência, enquanto problemática, é filosofia; as ciências, quando sistematizadas, são o caminhar dirigido pela reflexão filosófica ao longo da natureza” (ib.: 381). Desígnio que partilha, ainda, com Agostinho da Silva que na futura organização universitária portuguesa pretendia ver “Centros de estudos filosóficos, onde a filosofia significasse pensar Portugal em todos os seus aspectos [...] cuja única lei fosse a liberdade” (Silva, 1972: 44). Como se vê, aqueles que partilhavam o ideal renascente entendiam que a nova universidade deveria:

ser um órgão propulsor de cultura e acção social, tendente a melhorar, sob todos os aspectos, a vida nacional. Não à margem da vida, mas dentro da vida; não uma sociedade fechada, mas uma sociedade aberta a todas as influências, a todas as teorias e a todos os problemas, sem quaisquer limites traçados pelos diplomatas jurídicos ou pela pressão social (Santos, 1982b: 379).

4. Outro assunto que liga Delfim Santos ao movimento renascente é a reflexão em torno da relação Filosofia e Poesia, afinidade que se torna evidente no ensaio que publica em 1938, na *Revista de Portugal*, nº 4, intitulado *Heidegger e Hölderlin ou a essência da poesia*¹⁰, com nítidas influências do movimento renascente e da filosofia alemã do século XX. Aproveita assim um assunto desenvolvido por Heidegger, mas que Leonardo e os poetas portugueses ligados à *Renascença Portuguesa* já tinham reflectido dando-lhe uma nova expressão. Leonardo defendia que a poesia era a maior criação intelectual dos portugueses e era através dela que deviam aceder à sua metafísica, uma vez que:

A verdadeira filosofia tem uma humilde alma profunda de religiosa poesia, e o verdadeiro filósofo, como a árvore pelas raízes, depois de meditar no silêncio, ergue a sua voz em canto e oração, que são a flor e a ascensão, a lírica bruma de seu espírito (Coimbra, 2009: 68).

Esta linha de reflexão foi examinada pelo poeta-filósofo Teixeira de Pascoaes (1877-1952) para quem “A origem da Filosofia está neste dom da inspiração poética, que tem, em nós, a mesma vida dos instintos” (Pascoaes, 1988: 232) e também Fernando Pessoa (1888-1935) que quis distinguir a “‘filosofia’ pensamento individual e a ‘filosofia’ sentimento poético”:

Tanto a filosofia do filósofo como a do poeta são questões de temperamento, mas ao passo que o temperamento do filósofo é intelectual, o do poeta é emocional [...] é portanto, a filosofia do poeta e não a do filósofo, que representa a alma da raça a que ele pertence (Pessoa, 1986: 1190).

O seu condiscípulo Santana Dionísio, em 1931, em sintonia na defesa do valor metafísico da poesia e do superior patamar que nessa escala ocupa a criação poética de Camões e Antero afirmava:

O grande poeta, como o grande metafísico, não é apenas, como se diz por vezes, um índice da sua época: deve ser uma alma universal; o seu verbo deverá ser pois entendido e sentido por todos os povos. Um poeta nacionalista - mesmo quando se trata dum poeta com as faculdades dum Camões - pode ser um poderoso galvanizador de multidões (Dionísio, 1959: 91).

¹⁰ Cf. Santos, D. (1987). *Obras completas, do homem, da cultura*, III, 2ª ed., Lisboa, FCG, pp. 333-339.

Desenvolvendo esta investigação Delfim Santos, cita Gaston Berger: “Tudo começa com a poesia (fazer), tudo se cumpre com a técnica, e, acrescentamos nós, inclusive a própria poesia” (cf. Santos, 1987: 510) e nesse reconhecimento segue a tradição dos herdeiros da renascença ao considerar que “Não há filo-sofia sem filo-logia, como também e reciprocamente não há filo-logia sem filo-sofia” (ib.: 333). Explora, então, em particular, a poesia enquanto cogitação organizada em torno do que não se pode captar imediatamente através da experiência exterior: “poesia é a língua original dum povo e é, pois, *um* dos aspectos da cultura dum povo [...] o fundamento que suporta a história do povo” (ib.: 338). Como tinham observado os poetas do *pensamento* atrás referidos há uma nítida marca entre a exposição filosófica e a linguagem dos poetas:

A fundamentação do ser está, pois, em relação com os sinais divinos que só o poeta apercebe. A poesia é, também, interpretação da voz do povo, e a sua essência é assim algo intermediário entre os sinais dos deuses e a voz do povo (Santos, 1987: 339).

O discurso acerca do Ser faz-se por aproximações no reconhecimento dos limites de uma linguagem que se preocupa em descrever aquilo que realmente aparece ou é dado na experiência e é partilhado pela expressão metafórica, em parte (a)conceptual porque, partindo da realidade, descreve conceitos sem possibilidade de uma transposição universal e objectiva e por isso é melhor servida pelo discurso poético. O que possibilita que um verso possa ter uma composição simples e ser portador de grande valor, como por exemplo os portugueses se habituaram a ver, entre outros, em Bandarra e António Aleixo, cuja poesia para lá da realidade que afirma, é revestida de uma forma que nos interpela para problemas filosóficos e existenciais. Delfim Santos, colocando-se ao lado dos *poetas do pensamento* não confunde a poesia ligada ao sentimento que o romantismo alemão e os seus herdeiros levaram ao limite, que é introspectiva e se foca egoisticamente no indivíduo, e aquela que se abre a toda a humanidade a partir de uma dada experiência pessoal e colectiva como é o caso da *Iliada* e da *Odisseia*, da *Eneida*, da *Divina comédia*, de *Os Lusíadas*, mas também da poesia de Hölderlin, Ezra Pound, Walt Whitman, Antero de Quental, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, só para falar dos mais significativos cujos poemas se entranham no mais fundo da condição humana:

O filósofo tem a missão de esclarecimento de aderências obscuras para além do pequeno mundo do homem vulgar. Quando este diz que não entende o filósofo ele nada diz que importe saber (ib.: 334-335)

Delfim Santos aproveita ainda as analogias entre poesia e jogo, de certo modo na evocação do espírito da infância diversas vezes retratado por Fernando Pessoa para afirmar que o mais profundo do Ser só o mais simples dos humanos o pode captar, entrecruzando aqui com Agostinho da Silva que tanto insistiu na alienação a que o trabalho acomoda o Ser e na necessidade, como refere Delfim, de continuar à procura do:

sentido profundo criador quando é recreio ou quando dá ao homem o mesmo equivalente emocional que o recreio lhe dá. Um trabalho que se oponha ao recreio não é verdadeiramente trabalho, é 'criação de fadiga' (ib.: 335).

A filosofia procede a interpretações do mundo e no que ao Ser diz respeito, a uma significação sem referente objectivo. Na ausência de uma linguagem que possa descrever com simplicidade esse enigma para cada existente, que possa dar significado(s) ao (in)significante, surge a *poesia do pensamento* que nos coloca mais próximos do que as coisas são e daquilo que significa ser humano, estando sempre, na sua simplicidade, aberta a revelar mais:

A fundamentação do ser está, pois, em relação com os sinais divinos que só o poeta apercebe. A poesia é, também, interpretação da voz do povo, e a sua essência é assim algo intermediário entre os sinais dos deuses e a voz do povo (ib.: 339).

A encerrar

Fica assim traçada a persistência da herança renascente em Delfim Santos, nomeadamente a preocupação pela educação e a forte ligação da filosofia à cultura e à ciência, tendo sempre presente o homem português, em partilha com Leonardo Coimbra e diversos colegas de formação que se mantiveram fiéis, apesar de terem tido vivências distintas, a um sustentáculo comum que nunca abandonaram. Estes intelectuais, ao lado de alguns outros, souberam pensar em português alimentando um frutífero diálogo com a tradição universal, opondo-se à corrente predominante da intelectualidade nacional que importa acriticamente, em todo o tempo, um pensamento que lhe é estranho sem sequer reparar que em partes significativas já se encontra nas

cogitações genuinamente portuguesas. Com esta linhagem aprendemos a pensar criticamente uns com os outros em vez de transmitir dogmaticamente o que de fora nos chega rotulado de novidade. Como portugueses e a pensar em Portugal, compete a cada um de nós afirmar esta tradição.

Bibliografia

De Delfim Santos

Santos, D. (1982a). *Obras completas. Da filosofia*, I, 2ª ed, Lisboa: FCG.

Santos, D. (1982b). *Obras completas. Da filosofia, do homem*, II, 2ª ed, Lisboa: FCG.

Santos, D. (1987). *Obras completas. Da filosofia*, III, 2ª ed, Lisboa: FCG.

Santos, D. (1998), *Obras completas. Correspondência*, IV, Lisboa, FCG.

Outra

AA. VV. (2008). *Delfim Santos e a Escola do Porto, Atas do Congresso Internacional*, Lisboa: INCM.

Belo, J. M. C. (1999). *Para uma teoria política da educação: actualidade do pensamento filosófico, pedagógico e didáctico de Delfim Santos*. Lisboa: F.C.G/FCT.

Coimbra, L. (2006). “A poesia e a filosofia moderna em Portugal”, em *Obras completas*, III. Lisboa: IN-CM/UC-CRP, pp. 217-220.

Coimbra, L. (2007). “A questão universitária (discurso parlamentar)”, em *Obras completas*, I. Lisboa: IN-CM/UCP-CRP, pp. 31-51.

Coimbra, L. (2010). “O Problema da educação nacional (Tese apresentada ao Congresso da Esquerda Democrática realizado em 1926)”, em *Obras completas*, VI. Lisboa: IN-CM/UCP-CRP, pp. 149-181.

Coimbra, L. (2009). “A razão experimental (lógica e metafísica)”, em *Obras completas*, V, Lisboa, IN-CM. 17- 297.

Dionísio, S. (1959). *Pensamentos*, 2ª ed. Lisboa: Seara Nova.

Dionísio, S. (1952). *A Filosofia como Objecto da Pedagogia*. s/l: Seara Nova.

Domingues, J. (2002). “Filosofia e política no movimento da Renovação Democrática”. *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos – 1850-1950*, III. Lisboa: IN-CM/UCP-CRP, pp. 371-383.

Manso, A. (2013). “A pedagogia de Leonardo Coimbra e seus discípulos”. *Actas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (org. Bento D. Silva e outros). Braga: CIEEd, pp. 2132-2148.

Manso, A. (2005). “O projecto de reforma do ensino superior no Movimento da Renovação Democrática (1932)”. *Actas do VIII Congresso Galaico-Português*

- de Psicopedagogia*. Braga: CIEd/IEP–UMinho, pp. 2873-2884.
- Manso, A. (2015). “A Renascença Portuguesa, o escol da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a origem do movimento social e político da Renovação Democrática”. *Nova Águia*, nº 15, 1º semestre 2015, pp. 192-196.
- Marinho, J. (1972). *Filosofia, ensino ou iniciação?* Lisboa: FCG.
- Miranda, M. G. S. (2003). *Delfim Santos: a Metafísica Como Filosofia Fundamental*. Lisboa: FCG.
- Lopo, R. (2003). “Santos, Delfim Pinto dos”, em AA. VV. (org. António Nóvoa). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa, pp. 1262-1265.
- Paschoaes, T. de (1988). *A saudade e o saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Paszkwicz, C. S. (2000). “A filosofia em Delfim Santos: trajectórias de um pensamento”, em AA. VV., *História do pensamento filosófico português* (dir. Pedro Calafate), V, tomo I. Lisboa: Caminho, pp. 425-433.
- Paszkwicz, C. S. (2000). *A filosofia pedagógica de Delfim Santos*. Lisboa, IN-CM.
- Patrício, M. F. (1992). *A pedagogia de Leonardo Coimbra*. Porto: Porto Editora.
- Patrício, M. F. (2000). “Filosofia da Educação em Portugal no século XX”, em AA. VV., *História do pensamento filosófico português* (dir. Pedro Calafate), V, tomo 2. Lisboa: Caminho, pp. 71-134.
- Patrício, M. F. (2002). “O problema da educação na Renascença Portuguesa”. *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos*, I. Lisboa: UCP-CRP/IN-CM, pp. 367-381.
- Pessoa, F. (1986). “Sobre a poesia portuguesa, em visões de conjunto”, em *Obras de Fernando Pessoa*, II. Porto: Lello & Irmão, pp. 1143-1205.
- Quadros, A. (1988). “Leonardo Coimbra e os seus discípulos”. *Nova Renascença*, 8, nº 29, pp. 14-30.
- Ribeiro, A. A. (2004). “Inquérito sobre a Universidade”, em *Dispersos e inéditos*, I. Lisboa: IN-CM, pp. 139-145.
- Ribeiro, A. (2004). *Dispersos e inéditos*, 3 vols. Lisboa: IN-CM.
- S/a [Veiga, P. & Ribeiro, A.] (1933). *A organização da democracia – manifesto político do grupo Renovação Democrática*. S/l: Editorial Renovação Democrática.
- Silva, A. da (1989). *Educação de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro.
- Teixeira, A. B. (2008). “Delfim Santos e a Renovação Democrática”, em *Conceitos e Formas de Democracia em Portugal*. Lisboa: Sílabo, pp. 57-66
- Veiga, P. (s/d). *O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*. Porto: Centro Editorial Português.